

**ANEXO I - REGULAMENTO TÉCNICO REFERENTE AOS REQUISITOS GERAIS E
CRITÉRIOS BÁSICOS PARA CERTIFICAÇÃO SANITÁRIA E A SISTEMATIZAÇÃO DA
RASTREABILIDADE DA CASTANHA DO BRASIL NA ETAPA DE PROCESSAMENTO OU DE
BENEFICIAMENTO**

1. OBJETIVO

O presente Regulamento Técnico tem por objetivo estabelecer os requisitos gerais e os critérios básicos, visando orientar os beneficiadores e os exportadores quanto ao controle de contaminantes relativo às micotoxinas (aflatoxinas e outras) e aos agentes biológicos patogênicos de um modo geral, à agregação de valores qualitativos ao produto para a realização da certificação sanitária, assim como à sistematização da rastreabilidade da castanha do Brasil na etapa de processamento ou beneficiamento, visando ao rastreamento, à avaliação e ao controle dos processos e procedimentos.

2. ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Tendo em vista as peculiaridades e dificuldades inerentes à cadeia produtiva da castanha do Brasil, como também a necessidade imediata de se obter a certificação e rastreabilidade do produto final, o presente regulamento será aplicado na etapa de beneficiamento ou processamento, visando assegurar níveis aceitáveis de contaminação, estabelecidos na legislação nacional e internacional específicas e suas atualizações. Posteriormente, deverão ser providenciadas as condições básicas e os mecanismos necessários para aplicação gradativa dos requisitos deste Regulamento Técnico às etapas de transporte, armazenamento e coleta da castanha do Brasil.

3. CONCEITOS UTILIZADOS NESTE REGULAMENTO TÉCNICO

3.1. Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC) - sistema preventivo e efetivo de controle baseado na avaliação de riscos ou perigos e controle dos pontos críticos de processos, sistemas ou cadeias produtivas.

3.2. Certificado Sanitário - documento oficial que atesta, por escrito, a segurança, a qualidade, a sanidade e a rastreabilidade da castanha do Brasil, objeto de exportação.

3.3. Certificação Sanitária - conjunto de procedimentos de controle inter-relacionados no processo produtivo como um todo e independente em cada fase específica, realizado pelo Fiscal Federal Agropecuário, com a finalidade de assegurar a qualidade e a sanidade da castanha do Brasil, no que se refere aos contaminantes (aflatoxinas, agentes biológicos patogênicos e outros), a sua rastreabilidade e aos fatores gerais e específicos que influenciam na sua qualidade, mediante a correlação dos resultados analíticos e procedimentos validados e do sistema de rastreamento, constantes em laudos oficiais, relatórios de amostragem e análise, planilhas de rastreabilidade e formulário de rastreamento, com a partida ou lote de castanha, visando ao cumprimento da legislação específica vigente.

3.4. Fases da Etapa de Beneficiamento - partes ou sequência do fluxo de beneficiamento da castanha com características próprias e interdependentes no processo de benefício e obtenção do produto final.

3.5. Medidas Básicas de Higiene e Manejo – compreendem as práticas e cuidados básicos para prevenir ou reduzir a contaminação do produto no processo produtivo e contribuir para a sua segurança (inocuidade) e qualidade em todas as fases e etapas do processamento ou da cadeia produtiva.

3.6. Rastreabilidade - sistema que permite resgatar a origem e todas as condições, procedimentos e processos a que o produto se submeteu nas diferentes etapas da cadeia produtiva.

3.7. Rastreamento, avaliação e controle - procedimentos que permitem resgatar a história do produto, por meio de sistema de rastreabilidade implantado ao longo de cada etapa, processo ou da cadeia produtiva, com a verificação e checagem da conformidade de segurança e qualidade nos produtos, processos e procedimentos.

3.8. Responsável Técnico (RT) - profissional habilitado, com atribuição técnica e capacitação ou treinamento específico, executado, reconhecido ou homologado pelo MAPA, para exercer atividades relativas ao monitoramento e controle de contaminantes e à aplicação dos procedimentos de rastreabilidade para a castanha do Brasil, na etapa de beneficiamento e demais etapas da cadeia produtiva.

3.9. Sistema de Rastreabilidade - mecanismo que consiste em registrar, em planilhas próprias, todos os dados, informações da cadeia produtiva, assim como de todos os processos e procedimentos a que a castanha foi submetida, em cada etapa da cadeia, desde a coleta até o produto final pronto para o consumo.

3.10. Sistema de gerenciamento da qualidade total – conjunto de processos e procedimentos inter-relacionados de controle de qualidade, visando à eficiência e à racionalidade do Sistema de Qualidade Total.

3.11. Sistema de Qualidade Total - compreende o conjunto de práticas, medidas e procedimentos de controle de qualidade e inocuidade: Boas Práticas (agrícola, de coleta ou extrativista, de armazenagem, de transporte e de fabricação ou beneficiamento), Procedimentos Padrão de Higiene Operacional - PPHO e Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle - APPCC.

4. CERTIFICAÇÃO DA CASTANHA DO BRASIL NA ETAPA DE BENEFICIAMENTO

4.1. Requisitos gerais

4.1.1. A etapa sujeita ao processo de certificação sanitária deve possuir sistema de gerenciamento da qualidade total, baseado inicialmente na implantação dos pré-requisitos de Boas Práticas (Medidas Básicas de Higiene e Manejo), de Procedimentos Padrões de Higiene Operacional e sistema de rastreabilidade dos processos aplicados e, posteriormente, nos princípios de APPCC, os quais são voltados para o controle dos contaminantes e dos fatores gerais e específicos que influenciam na qualidade e nas perdas da castanha do Brasil em toda a cadeia produtiva.

4.1.2. A certificação sanitária da castanha do Brasil deve ser operacionalizada conforme item 3.3 para a etapa de beneficiamento ou processamento do produto para o consumo final ou para exportação e será efetuada pelo Fiscal Federal Agropecuário.

4.1.3. A sistematização da rastreabilidade e a certificação sanitária devem ser efetuadas para cada lote, volume ou partida de castanha, devidamente identificada, objetos de comercialização externa.

4.1.4. A implementação da certificação sanitária estabelecida neste Regulamento está condicionada ao atendimento de exigência sanitária expressa ou notificada pelo país importador, devendo ser observados para os demais casos ou situações de exportação, bem como para a comercialização interna, os procedimentos de amostragem ou operacionais de rotina, já estabelecidos e em prática pelo VIGIAGRO.

4.2. Critérios Básicos

4.2.1. Etapa de Beneficiamento ou Processamento da Castanha com Casca

4.2.1.1. Essa etapa da cadeia produtiva deve estar funcionando de acordo com os itens 4.4 e 4.5 do Regulamento Técnico referente às Medidas Básicas de Higiene e Manejo para a Cadeia Produtiva da Castanha do Brasil e os requisitos mínimos operacionais a serem estabelecidos em norma complementar.

4.2.1.2. A verificação prévia do sistema de rastreabilidade implementado deve ser realizada conforme critérios e procedimentos previstos nos arts. 6º e 7º da Instrução Normativa que estabelece este Regulamento Técnico e será feita com base nas informações contidas nas planilhas referentes a cada fase da etapa de

processamento ou beneficiamento, devidamente preenchidas, atualizadas e assinadas pelo Responsável Técnico pelo estabelecimento, colocadas à disposição do Fiscal Federal Agropecuário, a quem, após a avaliação dos dados e procedimentos observados, cabe preencher o Formulário de Rastreamento, com as informações sintetizadas.

4.2.1.3. A emissão do Certificado Sanitário deve ser feita com base nas verificações do Formulário de Rastreamento e nos resultados analíticos de laudos emitidos por laboratórios oficiais ou credenciados junto ao MAPA, para cada lote final produzido (beneficiado ou processado), devidamente constituído e identificado.

4.2.1.3.1. Para os lotes de castanha do Brasil com casca, objetos de exportação para a União Européia, as análises de aflatoxinas serão realizadas exclusivamente pelo Laboratório Oficial -LACQSA/DFA/MG.

4.3. Operacionalização da Certificação para Exportação para União Européia

4.3.1. As empresas beneficiadoras/exportadoras ou apenas exportadoras de castanha do Brasil com casca, interessadas em exportar para a União Européia, devem estar previamente habilitadas conforme normas complementares específicas, atender aos critérios dos itens 4.1. e 4.2 do presente Regulamento e o que estabelece o Regulamento Técnico referente ao Método de Amostragem, Requisitos, Critérios e Procedimentos Inerentes a sua Implementação.

4.3.2. Após o atendimento dos pré-requisitos especificados em 4.3.1, o interessado deve entrar com a solicitação formal de Certificação Sanitária do lote, junto ao setor técnico competente da Delegacia Federal de Agricultura da Unidade da Federação, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias antes do embarque da mercadoria.

4.3.3. O Fiscal Federal Agropecuário deverá realizar, inicialmente, a inspeção no lote e depois nas planilhas de rastreabilidade. Estando em conformidade com a legislação vigente, deve-se proceder à tomada, preparo, embalagem e envio da amostra ao Laboratório de Controle de Qualidade e Segurança dos Alimentos (LACQSA) do Laboratório de Apoio Vegetal (LAV) da DFA-MG ou outro laboratório aprovado para a análise dos níveis de contaminação por aflatoxina com fins de certificação para a União Européia.

4.3.4. De posse do laudo de análise e estando os resultados em conformidade com a legislação da Comunidade Européia, o Fiscal Federal Agropecuário deverá preencher adequadamente o Certificado Sanitário e adotar os procedimentos previstos no Manual do VIGIAGRO, visando à anuência do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e aos demais controles pertinentes para a liberação do lote para exportação.

4.3.4.1. O Certificado Sanitário será emitido conforme modelo oficial anexo, com o número do Código de Remessa que deverá estar, também, contemplado em todos os demais documentos obrigatórios, anexos, quais sejam: os relatórios de amostragem e analítico e laudo de análise.

4.3.5. Para os lotes com resultados analíticos não conformes, não será concedida a certificação sanitária para exportação, sendo, no entanto, permitido o reprocessamento do mesmo para o mercado interno, devendo neste caso serem repetidas todas as operações de controle ou ainda serem dadas outras destinações aos lotes, conforme procedimentos estabelecidos na legislação específica vigente ou parecer emitido pelo setor técnico competente.

4.4. Modelos de Documentos e Formulários

4.4.1. Os modelos do Certificado Sanitário e Formulário de Rastreamento da Etapa de Beneficiamento da Castanha com Casca, encontram-se anexos, enquanto os demais documentos, planilhas e formulários nele referidos serão estabelecidos por meio de instrução complementar do Órgão Técnico competente.